



O microcrédito: mais uma panaceia¹?

Manuel Brandão Alves ² - E-mail: mba@iseg.utl.pt

Como aprendiz da arte de fazer o território, tenho participado em algumas das actividades da APDR e, em particular, nos seus congressos. Para o que é, hoje, a minha compreensão do território com isso muito beneficiei. Quero deixar aqui a minha homenagem a todos os que de forma tão devotada se têm empenhado para que esta “festa” aconteça.

É um grande privilégio poder trazer ao Congresso a minha reflexão sobre o tema do *microcrédito*. Enquanto Presidente da Associação Nacional de Direito ao Crédito, estou grato pelo convite que me foi feito.

Poderá, aos mais desprevenidos parecer que, num congresso em que a atenção principal deverá estar centrada sobre os *Recursos*, o *Ordenamento* e o *Desenvolvimento*, o debate em torno do *microcrédito* é um total despropósito. Dirão: a reflexão sobre o microcrédito não tem nada a ver com a reflexão sobre o território. Não é esse o meu ponto de vista e procurarei mostrar porquê.

Preliminares

Creio que o *microcrédito*, enquanto processo de estruturação e densificação de territórios com memória, deverá considerar-se, hoje, como sendo uma das

¹ Este texto foi ajustado a partir da sua versão original apresentada no Congresso.

² Professor Catedrático do ISEG, Universidade Técnica de Lisboa e Presidente da Associação Nacional de Direito ao Crédito.

questões centrais do desenvolvimento espacial. Veremos, mais detalhadamente, porquê, a seguir.

O que é o essencial no microcrédito?

Contrariamente ao que se poderá esperar o essencial não é o crédito mas, antes, as pessoas e a atitude que perante cada uma delas se assume quando se constrói desenvolvimento. No microcrédito, o crédito é, apenas, um instrumento de promoção das pessoas, mas enquanto instrumento, o microcrédito é um instrumento muito eficiente.

Como a componente *micro* indica, o microcrédito é um crédito de dimensão reduzida. Dizer isto pode parecer que é dizer tudo; é, no entanto, dizer muito pouco. Guardar apenas esta ideia seria como que guardar o papel do embrulho e deitar fora o presente. Fica excluído o essencial, isto é, o direito que todas as pessoas têm em poder ter oportunidades de participar no processo de desenvolvimento, mesmo quando não têm acesso ao crédito que, habitualmente, é concedido pelas instituições bancárias.

Vamos procurar ver o que é que justifica o microcrédito, em que condições pode ser atribuído e quais são os efeitos que pode gerar.

O desafio e modo de vida dos profissionais do território são o de fazer desenvolvimento, progresso e bem-estar. Para os portugueses não tem sido difícil ter ambições e enunciar objectivos; somos até capazes de identificar os recursos disponíveis, mais já tem sido muito mais difícil encontrar os caminhos que é necessário percorrer para que os objectivos sejam realizados.

A região que acolheu o Congresso é uma região onde se faz, muito bem, muita coisa. Uma das coisas bem feitas é a gastronomia; come-se bem porque se cozinha bem. Nem sempre damos a devida importância a esta expressão que é o *cozinhar-se bem*. Numa qualquer região cozinhar bem significa ir ao encontro dos desejos dos comensais e aproveitar, adequadamente, os recursos de que se dispõe. Satisfazer os desejos, aproveitando os recursos disponíveis, significa que se sabe encontrar um nicho de mercado em que se pode ser competitivo.

Aproveitar bem os recursos disponíveis quer dizer que se é capaz de inventar a receita adequada à boa combinação entre os recursos, ao alcance do cozinheiro, e as apetências de quem come.

No desenvolvimento, no entanto, o retardamento tem menos a ver com os recursos que se têm, ou não têm, e mais com a incapacidade para criar a receita ajustada à satisfação das necessidades de quem poderá vir a ser cliente. É que se se tem a *expertise*, os recursos podem ir-se buscar onde existirem, desde que as vantagens da *expertise* mais do que compensem os custos de mobilização dos recursos a partir de um outro território e são múltiplos os exemplos em que se pode dizer que compensam.

Por vezes é-se bom imitador; observa-se o que fez sucesso em outros territórios e é-se capaz de copiar a receita. O resultado é, normalmente, o insucesso, quer porque não se soube aplicar bem a receita, quer porque é a própria receita que se não adequa às circunstâncias do território em que se quer aplicá-la. Já viram o que seria vir para a região do Dão, pegar em todos os ingredientes com que fazemos um bom cozido à portuguesa e tentar fazer um *pot au feu*?. Certamente, que o resultado seria não se ter, nem cozido nem *pot au feu*.

Qual é o segredo do ser-se bem sucedido? O segredo não pode deixar de ser o de acreditar nas pessoas que estão no território o no seu poder inventivo e de iniciativa, dando-lhes incentivos para que façam cada vez melhor. O mimetismo só produz sucesso quando é criativo. Só se criam receitas quando se deixa experimentar, isto é, quando se suscita e permite o desenvolvimento da iniciativa.

No território são as pessoas que, ao criar, propagar e cruzar raízes o tornam denso e, por isso sustentável. Pode passar o fogo por cima, mas as chuvas seguintes farão que, apesar de todos os prejuízos, de novo, tudo possa rebentar. Sem enraizamento anterior nada voltaria a sair debaixo da terra: não seria possível criar desenvolvimento sustentável.

O movimento do microcrédito é uma peça essencial desse enraizamento. Ele tem, acima de tudo, o significado de que se acredita que, pelo

desenvolvimento, muito pode fazer um grande número dos que nos habituámos a acreditar que não são capazes de fazer coisa alguma, isto é, os que pelas mais variadas razões da vida são atirados para a sua margem, mas que continuam a acreditar e a ter vontade de terem uma vida digna fora das margens.

Perante eles, é tempo de mudar de atitude, isto é, chegou o momento de nos dispormos a dar-lhes crédito: o pequeno montante financeiro mas, sobretudo, o crédito que consiste em acreditar na iniciativa que querem ter. Porque acreditamos, dizemos que estamos perante pessoas que nos merecem crédito; são pessoas de crédito, como antes se dizia.

Com o microcrédito que lhes proporcionamos, lucram os que acedem ao microcrédito, mas lucramos, sobretudo, nós: deixamos de ter que financiar os subsídios que antes lhes eram distribuídos e ajudamos a que pessoas que perante a vida tinham uma atitude passiva, passem a ter emprego, a produzir bens e serviços, a pagar impostos e contribuições, a mostrar perante outros que, afinal, é possível e são capazes.

O microcrédito é, por isso, um instrumento de política macroeconómica com efeitos multiplicativos muito poderosos.

Vejamos, com um pouco mais de detalhe, **de onde vimos e para onde vamos.**

Proponho-me organizar a reflexão em três pontos:

1. A promoção de uma competitividade sustentável supõe uma sociedade cidadã
2. Na exclusão, também há quem tenha iniciativa e queira mudar de vida
3. O microcrédito é, apenas, um instrumento

1. A promoção de uma competitividade sustentável supõe uma sociedade cidadã

É hoje um objectivo incontornável o ter que ser-se parceiro **activo e permanente** da promoção de uma sociedade, mais justa, mais solidária e mais cidadã.

Uma sociedade mais justa é uma sociedade que devolve a cada um dos mais desprotegidos os caminhos da dignidade, mas é, também, uma sociedade que, **duravelmente**, torna cada um de nós, mais incluídos, mais participantes e mais beneficiários da sociedade que fazemos.

O problema da **pobreza e da exclusão não é um problema sobretudo dos pobres e dos desprotegidos**; é um problema, antes de mais, de todos e cada um de nós. Se não lhe soubermos dar resposta ficaremos todos mais pobres, os pobres e os que o não são. Seremos **uma sociedade** menos competitiva que, globalmente, produz menos riqueza, que se tornará menos geradora de progresso e, também, **menos sustentável**.

O que poderá ligar os objectivos da luta contra a pobreza e do microcrédito ao da promoção da competitividade?

Tornou-se um consenso quase universal dizer-se, hoje, que **a fonte do progresso e da criação de riqueza é a competitividade**. É hoje um dado universalmente adquirido que seremos tanto mais capazes de produzir valor acrescentado quanto mais competitivos formos capazes de nos afirmarmos.

Na sua sequência deste pressuposto foi-se, pouco a pouco, criando **a ideia de que a construção e a promoção da competitividade é um programa que supõe exclusão**: ser competitivo implica uma atitude de eliminação ou subordinação de uns (referidos como mais fracos) para que outros possam ser competitivos.

Nenhuma teoria suporta um tão distorcido, embora generalizado ponto de vista. A razão é simples: nenhuma sociedade será **sustentadamente**

competitiva, no tempo e no espaço, se tiver como suporte, ainda que meramente instrumental e transitório, a promoção de mecanismos de exclusão.

A competitividade, isto é, a capacidade de, duravelmente, produzir progresso e riqueza, supõe uma sociedade inclusiva, isto é uma comunidade que dá, a todos e a cada um, a possibilidade de, de acordo com as suas capacidades, activamente, participar no grande movimento colectivo de criação de riqueza e bem-estar.

Temos vindo a confrontar-nos com, cada vez, maiores dificuldades em fazer diminuir a percentagem dos que bordeiam ou percorrem as avenidas da exclusão e da pobreza. Os números sobre a pobreza nem sempre coincidem, mas mesmo se tomarmos as estimativas mais optimistas andamos sempre acima dos 300 milhões de seres humanos. O Banco Mundial estima que os que vivem com o equivalente a menos de 1 dólar por dia é de 1,2 mil milhões de pessoas; se subirmos o limiar para 2 dólares aquela estimativa aumenta para 2,7 mil milhões. Também em Portugal, estimativas recentes fixam em 20% a percentagem da população vivendo no limiar da pobreza. São números demasiado elevados que não podem deixar de nos inquietar. Por isso, se os pobres não nos incomodarem temos que ser nós incomodarmo-nos a nós próprios. Perante a enormidade do desafio não será demais a mobilização de todos os meios, eficientes, que estiverem ao nosso alcance.

Em Halifax, no Canada, terminou a 15 de Novembro último a Segunda Cimeira Mundial do Microcrédito. Estimou-se aí que com este instrumento já mais de 100 milhões de pessoas puderam saltar da margem e que daqui até 2 015 o possam fazer 500 milhões. É pouco perante tudo o que há a fazer, mas sendo pouco não podemos desperdiçar o pouco que temos.

2. Na exclusão também há quem tenha iniciativa e queira mudar de vida

A competitividade tem que ser algo que importa esteja presente em todas as manifestações do nosso ser. Em relação à questão de saber se na exclusão

também há quem tenha iniciativa e queira mudar de vida a nossa capacidade de compreensão tem sido muito pouco competitiva; somos muito tentados a compreender, apenas, na medida em que queremos ou nos disponibilizamos a intervir; quase sempre, quando arriscamos a compreender mais, remetemos a responsabilidade da intervenção para outros.

No entanto, e apesar da complexidade da questão, **cada um de nós pode ter uma agenda para o bloqueamento dos mecanismos da exclusão**; para isso basta que entendamos que, todos, temos de nos dar as mãos e ousar acreditar que **a promoção da iniciativa, da autonomia, da dignidade, do sentir-se bem consigo próprio, é o único caminho que promove a integração, a inclusão e a competitividade global.**

A luta contra a pobreza, através de medidas de natureza assistencialista, foi, durante muito tempo, rainha; felizmente, que têm vindo a ser desenhadas novas estratégias.

O assistencialismo continua a ser necessário; em muitos casos é, porventura, o único comportamento viável e eficaz; isso não significa que, nos outros casos, não possam e não devam ser mobilizadas soluções ou tentadas respostas alternativas.

Felizmente que, desde há já alguns anos outras soluções têm vindo a ser ensaiadas, nem sempre, no entanto, com a convicção e o apoio que mereceriam. O microcrédito é uma delas. Com ele dá-se possibilidade, de iniciativa, de empreendedorismo, de criação do seu próprio emprego e de autonomia a quem, a tendo, não estava em condições de a poder tornar efectiva.

3. O microcrédito é, apenas, um instrumento

De onde vem?

O movimento do microcrédito, tal como o conhecemos hoje, tem cerca de 30 anos e nasceu no Bangladesh pelas mãos de um professor de economia, o Prof.

Mohammad Yunus que, recentemente, foi laureado com o Prémio Nobel da Paz. Muitos terão dito: “. . . mas o Prémio Nobel da Paz porquê?”

Quem se coloca nesta postura mostra que não compreendeu nem os fundamentos, nem os mecanismos, da construção da Paz. A Comissão Nobel, felizmente, partilha um outro ponto de vista. Ao atribuir este prémio a Mohammad Yunus, nas condições em que o fez, mais uma vez nos vem chamar a atenção para a circunstância de que os caminhos para a paz são os caminhos do desenvolvimento e da justiça que, apenas, são possíveis com as pessoas suas destinatárias e não contra elas, ou ao lado delas. A mobilização da sua iniciativa, o desenvolvimento de baixo para cima (sem que tenham que ser excluídos outros caminhos) não pode ser dispensado. O microcrédito, a que Yunus deu força e visibilidade foi com o prémio atribuído, foi reconhecido como um instrumento poderoso para a luta contra a injustiça de quem não tem acesso ao crédito e, por isso, não pode mobilizar a sua iniciativa.

Um belo dia, em meados dos anos 70, Mohammad Yunus constatou que:

1. Aquilo que desde há muitos anos vinha ensinando na Universidade em pouco, ou nada, contribuía para gerar progresso e bem-estar junto dos mais de 90% dos seus concidadãos;
2. Concluiu que uma das razões pelo que tal acontecia era pelo facto de que as pessoas eram, de geração em geração, classificadas em duas categorias, os empreendedores, com iniciativa, e os que, sendo pobres, não a têm e têm como missão, apenas, trabalhar;
3. Para que a iniciativa dos que dela eram excluídos pudesse acontecer bastaria que lhes fossem concedidas as mesmas oportunidades que eram dadas aos que até aí eram considerados como os únicos capazes de ser “empreendedores”;
4. Para isso, era preciso muito pouco dinheiro; com 27 dólares que retirou do seu próprio bolso (uma ninharia, comentou), o Prof. Yunus possibilitou que uma aldeia inteira, de agricultores subordinados à

- agiotagem de visitantes ocasionais, se transformasse numa comunidade de agricultores, não dependentes, solidários e muito eficientes;
5. Ao solicitar às instituições financeiras que se envolvessem no desenvolvimento do movimento de financiamento, que a partir daí quis promover, elas a tal se recusaram, argumentando que se estava perante pessoas incapazes de oferecerem garantias reais e em quem ninguém acreditava que fossem capazes de fazer o que quer que fosse;
 6. Para aquelas pessoas, a garantia mais segura que poderiam oferecer não era a garantia real que não tinham mas, antes, a garantia da palavra dada: eram gente de palavra; eram gente de crédito;
 7. Em mais de 99% dos casos, o pouco dinheiro que começou a emprestar do seu bolso foi completamente reembolsado e dentro dos prazos acordados.

Assim nasceu o microcrédito em 1977! Tendo os bancos recusado associar-se a esta iniciativa, Yunus fundou o seu (dos que beneficiavam do microcrédito) banco: o Grameen Bank, ou Banco da Aldeia.

O microcrédito, rapidamente, explodiu, de forma inesperada, por todo o mundo: no terceiro mundo e no mundo desenvolvido. Em 2003 já mais de 50 milhões de pessoas tinham beneficiado, com êxito, do microcrédito. As projecções então estabelecidas indicavam que no fim de 2005 dele teriam beneficiado mais de 100 milhões. Tal veio a ser confirmado na recente cimeira em Halifax. Em Portugal começámos mais tarde, mas nunca é tarde para abraçar boas causas. Os resultados já obtidos merecem, no entanto, a nossa atenção.

O que foi feito e o que importa fazer com o microcrédito em Portugal?

Antes de 1999, o microcrédito era quase desconhecido em Portugal, na forma como hoje o conhecemos. Por isso, em 1998, um grupo de cidadãos lançou o desafio de dar crédito a muitos dos que não têm crédito, o financeiro mas, também, o social e o da cidadania e entenderam criar a **Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC)**.

Foi preciso acreditar, que se podia acreditar em muitos daqueles em quem ninguém acreditava; que se acreditava que nos excluídos, também, existia vontade e capacidade, de ter iniciativa, de deixar de estar dependente, de criar o seu posto de trabalho e de ser orgulhoso do trabalho que se queria fazer.

E tudo isto com pouco dinheiro; tão pouco que os responsáveis de algumas instituições financeiras, então contactadas, até consideraram que o negócio não era suficientemente compensador para valer a pena nele envolverem-se; outros não acreditaram, considerando que o negócio era demasiado arriscado.

Felizmente que são posições, em grande medida, ultrapassadas; avançámos e valeu a pena. Estamos muito satisfeitos com o que já foi possível fazer. Isso anima-nos a ser perseverantes e a acreditar que, face aos resultados, e ao que é, ainda, possível fazer estamos, apenas, no princípio de uma grande caminhada.

A ANDC não financia projectos; mas intervém para que se tornem viáveis: no período de lançamento do negócio e durante o seu desenvolvimento.

Nos sete anos já passados o nosso compromisso com os que quiseram criar o seu próprio emprego ultrapassa já **os 625 micronegócios e empresas criados**. Mais 25 iniciativas aguardam creditação junto dos bancos e mais de 100 outras propostas encontram-se em processo de análise.

Tomando como referência ao momento da formação da empresa, surgiram mais de **730 postos de trabalho**, a que corresponde um multiplicador de emprego, inicial, de aproximadamente 1,2. Financia-se um posto de trabalho mas, logo à partida, mais do que um é criado. Além disso, mesmo quando partimos só com um emprego, dois ou três meses depois, quando chegamos junto do nosso pequeno empresário ele já lá tem mais 1 ou 2.

Os empregos assim criados são empregos sustentáveis. A razão é simples: **ninguém que foi bem sucedido a criar o seu posto de trabalho, nas condições em que o fez, quer, alguma vez, perdê-lo**; vai lutar por ele com todas e até, ao fim das suas forças.

Para isso bastou que o volume global do crédito concedido fosse, apenas, de 2,73 milhões de euros.

Foram gastos menos de 3 800 € por posto de trabalho criado!

E não se pense que o emprego criado é, apenas, emprego não qualificado. Também o há, mas a grande maioria das vezes quem cria o seu próprio emprego vai buscar aprendizagens académicas e profissionais anteriores, a que corresponde um grau de qualificação médio ou elevado. Utilizam-se **tecnologias** das mais rudimentares, mas também temos empresas com tecnologias sofisticadas.

Qual é o segredo do êxito? Não há segredo nenhum: é, apenas preciso acreditar, **dar crédito àquilo que as pessoas querem ser e estar com elas**, apoiando-as nos passos difíceis do aprender a caminhar. Elas também são capazes de acreditar em nós. Estão, assim, criadas as condições para que o negócio tenha sucesso.

Na ANDC o trabalho principal é o acompanhamento. Ao fazê-lo, concretiza-se um compromisso de cidadania mas, também, se **reduz a margem de risco que poderia estar associada a utilizações menos prudentes do capital financeiro emprestado.**

Com o microcrédito, cada empreendedor, individualmente, ganha um emprego, torna-se independente, passa a ganhar a vida, sob sua própria responsabilidade. **Mas, com isso, todos nós ganhamos**, imediata e mediatamente.

É que, **quem passou a ganhar dinheiro com o seu negócio, deixou de receber o subsídio que todos nós pagamos; começou a fazer descontos para a segurança social e a pagar impostos; produziu sinergias para todos os que observam o seu sucesso e são levados a pensar que, afinal, o sucesso, também, está ao seu alcance.**

Em termos de sectores de actividade estão cobertos os mais variados: restauração e alimentação (21%); vestuário, couro e calçado (11%); artesanato (8%); construção civil (5%); limpezas (3%); cabeleireiros (4%); jardinagem (2%); agricultura (3%); etc.

Estão envolvidos empresários com **formação** universitária (10%); com o 12º ano (22%); com o 9º ano de escolaridade (22%); com seis anos de escolaridade (22%); com o ensino básico (também 22%) e, apenas 1,5% sem instrução formal.

Estamos em todo o país (com exceção das regiões insulares), nas zonas urbanas e nas zonas rurais, no Norte, no Centro e no Sul, no litoral e no interior.

Cerca de 50% dos negócios foram financiados nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Só sucesso? Estamos muito longe de estar satisfeitos.

As empresas que saíram do mercado são cerca de 18%, mas o capital não recuperado, através das prestações normais, anda em torno dos 7,3%.

Quer isto dizer que são muitas as empresas que não foram bem sucedidas? Sem dúvida. Temos ainda muito para melhorar. Não esqueçamos, no entanto, que no universo das microempresas (até 10 trabalhadores), em Portugal e na grande maioria dos países da Europa, cinco anos depois de terem sido criadas, 2/3 (67%) das empresas deixaram de existir. No microcrédito essa percentagem desce, de 67% para 18%. É uma boa razão para dizermos que contribuímos para que a percentagem dos 67% não seja, ainda, mais elevada!

E não esqueçamos que nestes 18% também estão incluídos os que fecharam, porque foram capazes, reunir condições (com rapidez) para poderem lançar iniciativas de maior dimensão e, porventura, de acrescida responsabilidade.

Esta é uma leitura do que foi feito; ela dá-nos consciência do muito que importa fazer; mas temos que descobrir os caminhos a percorrer no futuro.

Quase ao fim de sete anos, o trabalho realizado permite-nos dizer que não nos arrependemos do trabalho feito; tomamos maior consciência do muito que ainda há que fazer e de quanto, todos, somos poucos para o conseguir.

Em todo este percurso a ANDC não esquece que o seu trabalho teria ficado muito mitigado, ou teria sido mesmo impossível, sem o apoio que, para o desenvolvimento do seu trabalho, recebeu, desde a 1ª hora, do IEFP.

A parceria estabelecida com o Millennium bcp permitiu a mobilização dos fundos necessários a que o financiamento dos projectos pudesse ser realizado. Os protocolos assinados no início do ano com a Caixa Geral de Depósitos e com o Banco Espírito Santo já deram resultados positivos.

O Governo entendeu considerar, no seu Programa, o microcrédito como uma estratégia qualificada de promoção do emprego e da iniciativa; é uma opção que reforça o nosso empenho.

Não tendo a intervenção das administrações públicas, em relação às intervenções de outras instituições, que ser necessariamente motora ela é, contudo, imprescindível. Enquanto **quadro acolhedor e facilitador das intervenções da sociedade civil**, as administrações não apenas oferecem confiança a essas intervenções, como **reduzem o risco financeiro** em que elas poderiam estar envolvidas.

De algum modo se pode dizer que, para que todos se envolvam com o microcrédito, de forma mais pesada, existem, hoje, menos reticências, do que no passado, tanto da parte das instituições financeiras, como das instituições de solidariedade social, parceiro insubstituível para o conhecimento do terreno e das oportunidades de estar presente.

Estamos satisfeitos com o trabalho realizado. Infelizmente, temos, todos, ainda, muito que fazer; o mundo dos deserdados continua a ser muito largo; há mesmo riscos de se poder, ainda, continuar a ampliar.

Todos juntos não seremos demais, para encontrar e praticar as respostas adequadas a cada caso, ainda que, por vezes, tenhamos a tentação de dizer: **então, se há tanta gente a preocupar-se com os pobres, como é que, continua a haver tantos pobres?**

A resposta é, talvez, a de que não nos empenhamos o suficiente para compreender e eliminar os mecanismos de funcionamento em sociedade que estão na origem da produção dos pobres. Certamente que teremos de cuidar dos pobres, mas não poderemos esquecer que igualmente importante é parar a aceleração do seu crescimento.

No futuro, será necessário o envolvimento de instituições, em número e na natureza, cada vez maior. Todos não serão demais, com uma condição que é a de que os princípios do microcrédito devem ser, sempre, salvaguardados.

Desejo que todos possamos contribuir para alargar a rede dos que partilham a necessidade de difundir os valores e a prática do microcrédito, baseado em ideais de emancipação, de cidadania e de desenvolvimento solidário. Estaremos, assim, também, a promover territórios mais sustentáveis.

A resposta à questão inicial de saber se o microcrédito era uma panaceia, só pode ser um poderoso NÃO.

O microcrédito não é uma panaceia! Em Portugal, torna a sociedade mais inclusiva e mais competitiva. Com ele beneficiam os excluídos mas, mais do que eles, beneficiamos todos nós.